



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CONTRATO Nº 111 /22

**Processo Administrativo:** PMC.2021.00050564-90

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 118/2022

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **ALOJAMENTOS BRASIL MÓVEIS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.998.717/0001-35, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de cadeiras, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo II – Especificação e Quantidade do(s) Item(ns), e nas condições estabelecidas neste instrumento.

## SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Informações Complementares e no Anexo II – Especificação e Quantidade do(s) Item(ns), que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

## TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3.1. O contrato vigorará pelo prazo estimado de 14 (catorze) meses, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, após a assinatura deste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pela aquisição objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Item	Cód	Descrição	Un	Quant Total	Valor Unit R\$
COTA PRINCIPAL DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1	44238	CADEIRA GIRATÓRIA ERGOMÉTRICA PARA DIGITAÇÃO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 1. ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA DE 45 MM DE ESPESSURA, COM DENSIDADE DE 45 KG/M3 E ALTA RESISTÊNCIA. MOLDADA ANATOMICAMENTE, REVESTIDA EM COURVIN OU SIMILAR; 2. ENCOSTO MOLDADO ANATOMICAMENTE, APOIO LOMBAR, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO, MEDIDA APROXIMADA: 39 CM LARGURA X 42 CM DE ALTURA; 3. MEDIDA APROXIMADA DO ASSENTO 46 CM LARGURA X 42 CM PROFUNDIDADE; 4. BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDOS EM FITA DE PVC; 5. O ASSENTO DA CADEIRA DEVERÁ TER REGULAGEM DE ALTURA COM CILINDRO A GAS, CURSO DE 100 MM, COM DISPOSITIVOS DE REGULAGEM DE FÁCIL ACIONAMENTO, SEM ATRITO QUE EXIJA FORÇA FÍSICA EM EXAGERO, 6. BASE ESTRUTURADA COM 05 RODÍZIOS DUPLOS COM RODA DE 50 MM DE FABRICAÇÃO EM NYLON/POLIPROPILENO, GIRATÓRIA, COM SUSTENTAÇÃO A GÁS; 7. ESTRUTURA TUBULAR DA BASE EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO; 8. APOIA BRAÇOS EM POLIURETANO INTEGRAL, COM REGULAGEM DE ALTURA, MEDIDA APROXIMADA: 80 MM LARGURA X 260 MM COMPRIMENTO; 9. COR DO ASSENTO E ENCOSTO: AZUL ROYAL; 10. COR DA BASE: CINZA. 11. ATENDER AS NORMAS E LEGISLAÇÃO VIGENTES NO PAÍS.	PÇ	951	465,00
COTA RESERVADA					
2	44238	CADEIRA GIRATÓRIA ERGOMÉTRICA PARA DIGITAÇÃO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 1. ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA DE 45 MM DE ESPESSURA, COM DENSIDADE DE 45 KG/M3 E ALTA RESISTÊNCIA. MOLDADA ANATOMICAMENTE, REVESTIDA EM COURVIN OU SIMILAR; 2. ENCOSTO MOLDADO ANATOMICAMENTE, APOIO LOMBAR, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO, MEDIDA APROXIMADA: 39 CM LARGURA X 42 CM DE ALTURA; 3. MEDIDA APROXIMADA DO ASSENTO 46 CM LARGURA X 42 CM PROFUNDIDADE; 4. BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDOS EM FITA DE PVC; 5. O ASSENTO DA CADEIRA DEVERÁ TER REGULAGEM DE ALTURA COM CILINDRO A GAS, CURSO DE 100 MM, COM DISPOSITIVOS DE REGULAGEM DE FÁCIL ACIONAMENTO, SEM ATRITO QUE EXIJA FORÇA FÍSICA EM EXAGERO, 6. BASE ESTRUTURADA COM 05 RODÍZIOS DUPLOS COM RODA DE 50 MM DE FABRICAÇÃO EM NYLON/POLIPROPILENO, GIRATÓRIA, COM SUSTENTAÇÃO A GÁS; 7. ESTRUTURA TUBULAR DA BASE EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO; 8. APOIA BRAÇOS EM POLIURETANO INTEGRAL, COM REGULAGEM DE ALTURA, MEDIDA APROXIMADA: 80 MM LARGURA X 260 MM COMPRIMENTO; 9. COR DO ASSENTO E ENCOSTO: AZUL ROYAL; 10. COR DA BASE: CINZA. 11. ATENDER AS NORMAS E LEGISLAÇÃO VIGENTES NO PAÍS.	PÇ	316	465,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 589.155,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais).

4.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

## QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal sob os números abaixo transcritos, conforme consta do processo administrativo:

Dotação Orçamentária
87000 8750 10.301.1004.1038.0000 4.4.90.52.00.00.00.00 0001.301000
87000 8750 10.301.1004.1038.0000 4.4.90.52.00.00.00.00 0005.800007

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

## SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

## SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. No ato da entrega dos produtos, a Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente à Secretaria Municipal de Saúde, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.

7.1.1. A Nota Fiscal deve conter campo com os seguintes dizeres: "Aquisição realizada com Recursos Governamentais, conforme Portaria nº \_\_\_\_\_, Proposta nº \_\_\_\_\_".

7.1.1.1. Os números da Portaria/Proposta deverão ser informados à Contratada no momento do envio da Nota de Empenho.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

7.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o fornecimento.

7.4. O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal, acompanhada do Termo de Aceitação.

## OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11;

8.1.2. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos equipamentos até o local de entrega;

8.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

8.1.4. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento;

8.1.5. Observar atentamente todas as determinações legais municipais, estaduais e federais, relativas ao momento de pandemia em razão do novo coronavírus (COVID-19), como os Decretos Municipais nº 20.774/2020 e nº 21.519/21 e suas respectivas alterações, sem prejuízo das que estão por vir;

8.1.6. Permitir o livre acesso de servidores do Concedente (União) e do Beneficiário (Município), bem como dos órgãos integrantes dos sistemas de controle interno e externo, aos seus documentos e registros contábeis, no que concerne à execução dos serviços vinculados a esta contratação.

8.1.7. Cumprir as demais condições contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 118/2022.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## **NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

9.1.1. Fornecer à Contratada as Ordens de Fornecimento, que serão expedidas pelo Secretário Municipal de Educação;

9.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento;

9.1.3. Efetuar os pagamentos devidos.

## **DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (Artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02):

10.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente.

10.1.2. Multa, nas seguintes situações:

10.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso na retirada da Ordem de Fornecimento, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

10.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento ou a instalação do equipamento, após a retirada da ordem correspondente, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

10.1.2.3. de até 30% (trinta por cento) do valor da inadimplência, em caso de qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pela Administração, garantida a defesa prévia.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses de a Contratada ensejar o



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado ou der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na hipótese de praticar atos fraudulentos na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou apresentar documento falso.

10.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.4.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

10.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

10.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

11.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

11.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

11.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO

12.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Para o recebimento do objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 118/2022 e seus anexos.

12.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

## DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, nos Decretos Municipais nº 14.218/03 e 14.356/03, na Lei Complementar nº 123/06, no Decreto Municipal nº 16.187/08, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, e respectivas alterações.

## DÉCIMA QUARTA – DA LICITAÇÃO

14.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 118/2022, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo PMC.2021.00050564-90.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação, proposta vencedora e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública do Processo Administrativo em epígrafe.

## DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

16.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

## DÉCIMA SÉTIMA – DO PESSOAL

17.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

## DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

18.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Saúde efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.

18.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

18.3. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos fiscalizadores não eximirá a Contratada da total responsabilidade de fornecer os produtos, com toda cautela e boa técnica.

## DÉCIMA NONA – DA GARANTIA

19.1. O prazo de garantia técnica dos produtos será de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento da Nota Fiscal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

11 AGO. 2022

Campinas, \_\_\_\_\_

**Lair Zambon**

Secretário Municipal de Saúde

gov.br

Documento assinado digitalmente  
JOSE EDUARDO RODRIGUES  
Data: 27/07/2022 10:40:22-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

## ALOJAMENTOS BRASIL MÓVEIS EIRELI

Representante Legal:

CPF nº



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**Processo Administrativo:** PMC.2021.00050564-90

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**CONTRATANTE:** Município de Campinas

**CONTRATADA:** ALOJAMENTOS BRASIL MÓVEIS EIRELI

**MODALIDADE:** Pregão nº 118/2022 - Eletrônico

**OBJETO:** Fornecimento de cadeiras

**CONTRATO Nº** 111 /22

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da Contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Dario Jorge Giolo Saadi

Cargo: Prefeito do Município de Campinas

CPF: 102.354.108-69

## RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Maria Emília de Arruda Faccioni

Cargo: Secretária Municipal de Administração

CPF: 841.512.188-15

Assinatura: \_\_\_\_\_

## RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Nome: Lair Zambon

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

CPF: 819.609.998-34

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela contratada:

Nome: José Eduardo Rodrigues

Cargo: Sócio Diretor

CPF: 328.236.978-61

Assinatura: \_\_\_\_\_

disputa@alojamentosbrasil.com.br

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSE EDUARDO RODRIGUES

Data: 27/07/2022 10:39:03-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

## ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Lair Zambon

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

CPF: 819.609.998-34

## GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_